



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

processo anterior, de número 1439/22, onde a empresa que sagrou-se vencedora, alocou inicialmente mais de 70% dos equipamentos, fato que causou inúmeros questionamentos através de requerimentos de informações, por parte do legislativo municipal.

Quanto aos demais questionamentos, os mesmos são de caráter legal, não cabendo manifestação desta especializada.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela recorrente, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
de Veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871



PROCESSO N° 30180  
DATA 13 / 12 / 23  
Folhas N° 34 Rubrica Felipe

Processo: 30180/2023

Recorrente: Destaque Construtora Ltda.

Recorrida: Construtora Litorânea S.A. - Em Recuperação Judicial

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 183 de 2023 - Processo Licitatório n. 8765/2023

À Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados;

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 183 de 2023 - Processo Licitatório n. 8765/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços Públicos.

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 03/04) que a recorrida foi declarada habilitada de forma equivocada, tendo em vista que não comprovou ser proprietária de, pelo menos, 50% dos veículos por meio da apresentação do CRLV, bem como se encontra em recuperação judicial, não atendendo, portanto, todas as exigências licitatórias, requerendo a inabilitação da empresa recorrida, uma vez estar em desacordo com os subitens 4.1.1, 4.1.2 e 6.1 do Termo de Referência.

A recorrida apresentou contrarrazões às fls. 05/07, afirmando que se encontra em recuperação judicial, tendo obtido liminar pela 17ª Câmara Cível do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro para dispensá-la de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados, cuja certidão expedida pelo Judiciário foi juntada com a documentação de habilitação.



Afirma, ainda, que quanto ao descumprimento do item 4.1 do edital, apresentou inúmeros atestados de capacidade técnica que comprovam sua capacidade para a execução do objeto, bem como que apresentou a declaração de disponibilidade permanente da garagem e oficina adequadamente aparelhada para o atendimento dos serviços de manutenção e circulação da frota, devendo a administração se pautar pelo formalismo moderado e não exacerbado.

A Comissão de Pregão II elaborou manifestação única acerca dos 4 recursos interpostos (fls. 08/30), aduzindo, em relação ao presente recurso, que a recorrida se encontra em recuperação judicial, tendo juntado aos autos, disponíveis a todos os interessados, as devidas certidões e cópias do processo judicial com a aprovação do plano de recuperação judicial, bem como certidão do TJRJ dispensando-a da obrigação de apresentar certidões para contratar.

Afirma, ainda, que *“a exigência disposta (sic) nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j., ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vedada pela Lei Geral de Licitações”, bem como que a recorrida “comprovou através da declaração formal a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço, não assistindo razão a recorrente quanto a este ponto”.*

A Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, em manifestação de fls. 31/33, afirmou que assiste razão à recorrente quanto às questões técnicas dispostas nos itens 4.1 e 4.1.2, bem como que, com base no princípio da isonomia, analisando a documentação da empresa recorrente, a mesma também não atendeu o item 4.1, uma vez que declarou ser proprietária de apenas 14 itens.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral.

É o sucinto relatório.

## II - DOS FUNDAMENTOS





Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

*“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

***I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:***

***a) habilitação ou inabilitação do licitante;***

*b) julgamento das propostas;*

*c) anulação ou revogação da licitação;*

*d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

*e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;*

*e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;*

*f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*

*[...]*

***§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (sem grifos no original)***

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

***“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:***

***[...]***

***IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”***

***“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:***

***[...]***

***VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;”***





Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística (Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados), motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

*Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.*

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

*“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também incontestável que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.*



Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão II se manifestou acerca do recurso (fls. 08/30), encaminhando o processo à Secretaria requisitante para manifestação.

Por sua vez, a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados afirmou que assiste razão à recorrente quanto às questões técnicas dispostas nos itens 4.1 e 4.1.2, não tendo sido cumpridas pela recorrida (fls. 31/33), bem como que a empresa recorrente também não atendeu tais requisitos, tendo comprovado a propriedade de apenas 14 veículos, justificando a inserção de tais exigências em virtude de inúmeras situações constatadas na execução de contratos provenientes do processo anterior (PA 1439/2022).

Pois bem. Como é de notório saber jurídico, de acordo com o Princípio da Vinculação ao Edital, todos os licitantes devem obedecer rigorosamente às disposições do edital em todos os seus termos, sem exceções.

No caso da contratação pretendida, assim previu o edital:

*20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*

- Placa, marca, modelo e ano de fabricação;

*20.3 - Declaração de disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, para atendimento dos serviços de manutenção e circulação da frota.*

Já no Termo de Referência, foram inseridas as seguintes exigências:

*4.1 A empresa que desejar participar do certame deverá demonstrar, no momento da apresentação da proposta, documentação que comprove ser proprietária de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens existentes no subitem 2.2.*

*4.1.1 A documentação necessária para comprovação será: CRLV ou nota fiscal dos veículos e máquinas;*

*4.1.2 Os veículos utilitário, caminhões, máquinas e equipamentos não poderão ter mais de 10 (dez) anos de vida útil;*





4.2 Os outros possíveis 50% (cinquenta por cento) de equipamentos não obrigatórios, conforme o subitem 4.1, deverão ser apresentados documentação a seguir:

4.2.1 A empresa deverá apresentar documentação que comprove que realiza, com frequência, locação de equipamentos de empresas ou pessoas físicas;

4.2.2 Os equipamentos locados deverão cumprir as mesmas exigências do subitem 4.1.2;

4.2.3 Toda e qualquer despesa referente à locação de equipamentos ficará a cargo da empresa vencedora do certame;

Em conformidade com o narrado pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, as licitantes, deveriam, então, apresentar comprovação de propriedade de, pelo menos, 22 itens dos 45 pretendidos, conforme exigência dos itens 4.1 e 4.1.2 do Termo de Referência.

Afirma que a recorrida, no entanto, apresentou um total de 30 equipamentos, dos quais apenas 18 atendem o disposto no subitem 4.1.2 do Termo de Referência, sendo os demais com idade superior a 10 anos de vida útil.

Como já narrado no presente parecer, as especificações técnicas necessárias ao objeto licitado são de competência e atribuição da Secretaria requisitante, não cabendo a assessoria jurídica se imiscuir no mérito administrativo, dada a ausência de expertise para tanto.

Vejamos o que dispõe o § 6º do art. 30 da Lei n. 8.666/1993 acerca da qualificação técnica:

*§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.*

Conforme se depreende do teor do dispositivo legal, a comprovação de atendimento das exigências mínimas se dará mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, sendo vedada a exigência de propriedade.

Não é outro o entendimento do TCU:

“Acórdão:

9.1. sugerir ao Senado Federal, caso deseje publicar o Edital de Concorrência das obras de Construção do Prédio Anexo III, que:

[...]





9.1.8. *promova a readequação do subitem 3.1.7 do Edital de modo a conformá-lo com as disposições do Art. 30, § 6º da Lei nº 8.666/93, no tocante ao estabelecimento de exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, as quais devem ser atendidas mediante apresentação de relação explícita e declaração da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia;*”<sup>1</sup>.

“12.A exigência de comprovação de propriedade ou de compromisso de cessão, locação/leasing ou venda das máquinas e equipamentos considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação e de infraestrutura predial, por sua vez, contraria o art. 30, § 6º, da Lei 8.666/93, que proíbe exigências de propriedade e de locação prévia para a participação de empresas em licitações.

13.Conforme anotado pela unidade técnica, **requerer que o licitante mantenha o acervo necessário à execução do contrato apenas para que possa concorrer é medida que afeta sobremaneira a competitividade do certame.** Por outro lado, a ausência desse tipo de exigência não implica a contratação de eventuais empresas irresponsáveis, como aventado nas defesas, uma vez que **nada obsta que a cobrança de tal comprovação seja feita por ocasião da assinatura do contrato**”<sup>2</sup>.

“ENUNCIADO

Em licitação que tem como objeto obra de pavimentação, **é irregular a inclusão de cláusula no edital exigindo, na fase de habilitação, que a empresa licitante possua usina de asfalto instalada ou comprove vínculo compromissário contratual com terceiro detentor de usina, especialmente quando fixado limite máximo de distância para sua instalação, por restringir o caráter competitivo do certame e contrariar o art. 30, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/1993**”<sup>3</sup>.

Portanto, conclui-se que não é possível a exigência de comprovação de propriedade prévia do objeto licitado na fase de habilitação. O que a jurisprudência do TCU<sup>4</sup> permite, na fase de habilitação, s.m.j., é a declaração formal de possuir é a exigência de atestados de capacidade técnica com quantitativo mínimo de 50% dos bens e serviços que se pretende contratar, podendo ser inclusive superior a 50% (neste caso desde que haja justificativa técnica plausível), onde a licitante comprovará que já executou serviços com características compatíveis/semelhantes:



PROCESSO Nº 30180  
DATA 13.12.23  
Folhas Nº 41 Rubrica Delipe

**ENUNCIADO**

*A exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair, simultaneamente, sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo. Como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação.*

Tais exigências são rechaçadas pela Corte de Contas, já que impõem às licitantes ônus desnecessário previamente à licitação, jurisprudência já consolidada por meio da Súmula 272 do TCU:

*"No edital da licitação é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento as licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato".*

Em tese, a declaração de disponibilidade não significa imposição de ônus prévio à licitação, mas apenas a verificação das condições mínimas de cumprimento do objeto que se deseja contratar, na forma do § 6º do art. 30 da Lei n. 8.666/1993, que permite a “*apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade*”.

Entretanto, embora a lei permita expressamente a exigência de relação explícita, a exigência contida no subitem 20.2 de placa, marca, modelo e ano de fabricação dos veículos pode configurar restrição à competitividade do certame, tendo em vista que, s.m.j., para possuir tais dados, seria necessário que as licitantes possuísem a propriedade dos veículos.

Esta assessoria jurídica já havia alertado no parecer exarado acerca da legalidade da minuta do edital (fls. 223/234) sobre a possibilidade de tais exigências configurarem restrição ao caráter competitivo do certame, conforme entendimento do TCU, sugerindo que, caso fossem mantidas, deveriam ser justificadas e inseridas no edital, limitando-se à licitante vencedora.

No entanto, tais exigências foram mantidas no Termo de Referência como critério de participação do certame, aferidas no momento da apresentação da proposta, e não apenas da licitante vencedora a ser contratada, o que é vedado.





Quanto à limitação da idade máxima da frota, a jurisprudência dos Tribunais afirma que Administração pode limitar a idade máxima da frota, dentro de parâmetros razoáveis:

*É inadmissível a exigência de veículos “zero quilômetro” para a simples locação, na medida em que existem outros meios de garantir que os veículos estejam em boas condições, como a fixação de idade máxima da frota<sup>5</sup>.*

*Com relação ao critério de idade máxima adotado no Pregão, foi acatada a justificativa do INMETRO, que indicou que o tempo de oito anos estipulados no Edital como vida útil máxima dos ônibus para a prestação dos serviços pretendidos teve como base o Caderno de Logística de 2014, bem como visa a uma boa qualidade de prestação de serviços aos usuários do transporte<sup>6</sup>.*

*“Nas licitações para contratação de serviços de gerenciamento de manutenção de veículos, devem ser considerados nos cálculos da estimativa de custos, entre outros elementos intrínsecos às características do objeto, o tipo e a idade da frota, bem como a previsão de distância a ser percorrida pelos veículos, com vistas à alocação de recursos suficientes e necessários para prestação dos serviços durante todo o período contratual (art. 8º, caput, da Lei 8.666/1993)”<sup>7</sup>.*

Considerando se tratar de decisão técnica, que compete tão somente à Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados, não se vislumbra ilegalidade na limitação da idade dos veículos de 10 (dez) anos de vida útil.

No entanto, considerando que o Termo de Referência é parte integrante do edital, e considerando a vedação da exigência de propriedade prévia do objeto, na forma do § 6º do art. 30 da Lei n. 8.666/1993 e da jurisprudência do TCU, mas tão somente admitida a exigência de atestados de capacidade técnica com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, não pode a recorrida ou qualquer licitante ser inabilitada por tais motivos.

<sup>5</sup> TCE-SP - Processo TC-017129.989.18-2, TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 12-09-2018.

<sup>6</sup> Controladoria-Geral da União (CGU), Relatório De Avaliação, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, 2020.

<sup>7</sup> Acórdão 1077/2019-Plenário, Relator Min. Ana Arraes, j. em 15/05/2019.





Sugere-se, portanto, que sejam revistos os critérios de qualificação técnica estabelecidos no edital, de forma que a comprovação de propriedade dos veículos seja excluída como critério de qualificação técnica, passando a exigir apenas a comprovação de que as licitantes apresentem declaração acerca da disponibilidade dos veículos no momento da contratação, sem a necessidade de discriminação dos veículos, nos seguintes termos:

*20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação.*

Na verdade, no entender desta pasta jurídica, a demonstração técnica mediante a apresentação da relação de veículos pode ser feita ainda na fase externa do pregão, anteriormente à homologação e adjudicação, cuja documentação será analisada pela Secretaria requisitante e, após, o Pregoeiro tornará público o resultado com o prosseguimento da licitação e declaração do licitante vencedor e posterior homologação ou, caso não haja a entrega dos documentos ou sejam reprovados, será declarada pelo Pregoeiro a desclassificação da empresa e convocação da próxima colocada, que poderá ser contratada pelo preço ofertado na sua proposta.

Isso porque, após a proclamação do resultado definitivo, com a homologação do certame, a empresa vencedora será convocada para assinar o contrato e, caso não assine o termo de contrato ou não aceite ou retire o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, será aplicado o comando estabelecido no § 2º do art. 64 da Lei nº 8.666/93:

*“Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.*

*[...]*

*§ 2º É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei”.*



Não há, portanto, nessa fase, a desclassificação da licitante, como no julgamento das propostas, onde o pregoeiro examina as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, nos termos do inciso XVI do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, o que abre a possibilidade de contratação de empresa por valor diverso da empresa licitante classificada em primeiro lugar.

Após a homologação, se a empresa vencedora descumprir condição prévia e essencial para a execução do contrato, acarretando a impossibilidade de lavratura do instrumento, ocorrerá a decadência do direito à contratação, hipótese em que poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato/instrumento em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou seja, pelo mesmo preço do licitante vencedor, o que acarreta, muitas vezes, o fracasso do certame.

Sugere-se, assim, que tal comprovação seja exigida apenas da empresa licitante vencedora, isto é, classificada provisoriamente em primeiro lugar, antes da homologação do certame, concedendo prazo razoável para tanto, devendo ser incluído item no edital acerca da homologação dispondo sobre o procedimento a ser adotado, ou, caso a Secretaria entenda de forma diversa, disponha acerca da comprovação antes da assinatura do contrato, hipótese em que, em caso de descumprimento, deverá ser aplicado o comando do art. 64, § 2º da Lei nº 8.666/1993.

Quanto à previsão contida no item 4 do Termo de Referência, que versa sobre as “condições patrimoniais das participantes”, deve ser modificada a redação para dispor sobre as condições da licitante vencedora ou contratada, na forma do exposto acima, excluindo-se a exigência de comprovação pela “empresa que desejar participar do certame (...) no momento da apresentação da proposta”.

Após as eventuais modificações perpetradas, deverá o edital ser republicado, na forma do comando do art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/1993<sup>8</sup>.





PROCESSO Nº 30180  
DATA 13 / 12 / 23  
Folhas Nº 45 Rubrica Felipe

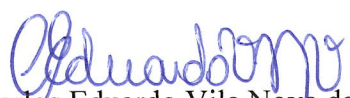

### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Subsecretaria de Veículos Leves e Pesados para ciência do presente parecer e decisão final, na forma do art. 13, IV do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 11 de dezembro de 2023.

  
Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga  
Subprocurador de Processos Administrativos  
Matrícula: 63.347  
  
Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347

<sup>8</sup> § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 30180/23

RUBRICA:                      FOLHA: 46

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*Nova Friburgo, 09 de janeiro de 2024*

Para: Comissão de Pregão II

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, trata-se de pedido de recurso impetrado pela empresa DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA. em desfavor da EMPRESA CONSTRUTORA LITORÂNEA S/A.

Conforme orientação feita pela Douta Procuradoria Geral no despacho as fls. 34 - 45, esta Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados fará correção no Termo de Referência nas questões técnicas dispostas nos itens 4.1 e 4.1.2 para licitação futura deste objeto de contratação.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela recorrente, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
de Veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871

Comissão de Pregão II

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023**

Processo Licitatório nº: 8.765/2023

Processo de Recurso nº: 30.177/2023, 30.180/2023, 30.182/2023 e 30.186/2023

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades das secretarias de infraestrutura e logística, obras e serviços públicos, bem como as subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses.

**RECORRENTES:**

1. EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA e DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA

**RECORRIDO: PREGOEIRO**

Tratam-se de **RECURSOS ADMINISTRATIVOS** interpostos pelas empresas, **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA; MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA; DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, por meio de seus representantes legais, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º

Comissão de Pregão II

8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo **PREGOEIRO** da Comissão de Pregão II, no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 183/2023**.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

**I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências, tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados aos Processos de recurso.

**II. DOS FATOS**

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 161/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 18 de outubro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 01/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 8.765/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00183/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel





Comissão de Pregão II

de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Após o Julgamento das Propostas e Habilitação sagraram-se vencedoras do certame as empresas:

GRUPO 01	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 02	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 03	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 04	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 05	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 06	DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 07	DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 08	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 09	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 10	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA



Comissão de Pregão II

GRUPO 11	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 12	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 13	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 14	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 15	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

Às 14:48 do dia 26/10/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 183/2023;

Foram registradas dezessete intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa: **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 01, 02, 03, 04, 05, 08, 10, 11 e 14 em 31/10/2023;

A empresa: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 01, 08, 09, 11 e 13 em 31/10/2023;





Comissão de Pregão II

A empresa: **DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 02, 07 e 09 em 31/10/2023;

A empresa: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, apresentou contrarrazões para os grupos 01, 03, 04, 05, 08, 10, 11 e 14 recursos em 06/11/2023;

A empresa: **CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, apresentou contrarrazões para os grupos 01, 02, 09 e 11 recursos em 06/11/2023;

A empresa: **JX CONSTRUTORA LTDA**, apresentou contrarrazões para os grupos 04, 08 e 13 recursos em 06/11/2023;

### III. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

Alega, em síntese, a recorrente **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA**, contra a decisão que a INABILITOU, que:

A recorrente sucintamente alega que, *está acobertada pelo art. 43, §1º da LC 123/2006, tendo em vista que afirma ter declarado enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no sistema para participação no pregão, tendo sido inabilitada sem a concessão do prazo previsto na lei para regularização da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) da CND, pelo pregoeiro; alega que está apta quanto a qualificação econômico-financeira comprovada com a apresentação do Capital Social e Patrimônio Líquido superior a 10% do valor estimado da contratação em atendimento ao item 1.5.1 do edital, não obstante ter apresentados índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez*



Comissão de Pregão II

***Corrente (LC) inferiores a 1; alega que o fato de ter apresentado declaração formal para cumprir o requisito do item 20.2 é suficiente não sendo necessária a declaração para todos os veículos mencionados no lote 4. ; alega que quanto ao item 20.3, disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, apresentou declaração formal quanto a exigência contida no item do edital em seu arquivo nomeado como "DECLARAÇÕES.pdf".***

Requer a recorrente: ***"Diante de todo o exposto, requer SEJA DEFERIDO O RECURSO ADMINISTRATIVO ora apresentado, que a Comissão HABILITE a empresa licitante EFATA COMERCIO & SERVICOS EIRELI, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital, em razão da sua inabilitação, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação".***

Alega, em síntese, a recorrente **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, contra a decisão que declarou HABILITADA a empresa **CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, que:

A recorrente sucintamente alega que, o **Certificado de Regularidade do FGTS** apresentado pela empresa recorrida está com a validade expirada no ano de 2019; **alega que a recorrida não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas; alega que a frota apresentada pela empresa possui veículos com idade superior a 10 (dez) anos não atendendo ao item 4.1.2 do TR;**





Comissão de Pregão II

Requer a recorrente: ***“que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente Construtora Lytoranea S.A - Em Recuperação Judicial, Inabilitada para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições.”***

Alega, em síntese, a recorrente **DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, contra a decisão que declarou **HABILITADA** a empresa **CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, que:

A recorrente sucintamente alega que, ***a recorrida não apresentou NF dos veículos e máquinas conforme comando do item 4.1.1 do TR; alega que a recorrida não poderia participar do processo licitatório por se encontrar em situação de Recuperação Judicial conforme item 6.1 do TR;***

Requer a recorrente: ***“...provimento ao recurso ora ofertado, para desclassificar a Construtora Lytorânea S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 07.792.269/0001-05, por deixar de atender os itens “4.1” e “6.1” do Termo de Referência para Serviços.”***

Alega, em síntese, a recorrente **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, contra a decisão que declarou **HABILITADA** a empresa **JX CONSTRUTORA LTDA**, que:

A recorrente sucintamente alega que, ***a recorrida não apresentou declaração exigida no item 20.26 do edital, quanto à disponibilidade dos veículos***



Comissão de Pregão II

*destinados à prestação dos serviços, alega que a recorrida não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas;*

Requer a recorrente: *“seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente JX CONSTRUTORA LTDA para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições..”*

**IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES**

As contrarrazões estão dispostas nos respectivos Processos administrativos de recurso.

**IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO**

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que *“está acobertada pelo art. 43, §1º da LC 123/2006, tendo em vista que afirma ter declarado enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no sistema para participação no pregão, tendo sido inabilitada sem a concessão do prazo previsto na lei para regularização da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) da CND, pelo pregoeiro;*

O Edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 em traz que:





Comissão de Pregão II

[...]

**10.7 - No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações (grifei)**

**10.8 - Declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, ostentando os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei. (grifei)**

**10.12- A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital. (grifei)**

Ocorre que em análise a habilitação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, verificamos que a mesma registrou no sistema a situação de Empresa de Pequeno Porte - EPP, deixando, no entanto, de assinalar no documento referente a Declaração Unificada – Anexo IV, tal condição, conforme arquivo, em anexo ao sistema, denominado “DECLARAÇÕES.pdf” e aos autos do processo licitatório.

O direito de pleitear os benefícios dados pela Lei 123/2026, foi analisado na ocasião do certame, considerando um eventual equívoco por parte da empresa recorrente ao registrar o campo no sistema, uma vez que no documento declaratório (ANEXO IV) a recorrente não consignou tal condição.

Foi realiza ainda a análise do balanço financeiro enviado pela empresa onde verificamos uma Receita Bruta Declarara no ano calendário de 2002 no montante de R\$ R\$ 14.024.837,40 (quatorze milhões, vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais



Comissão de Pregão II

e quarenta centavos), muito superior ao limite legal previsto de R\$ 4.800.00,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), corroborando para a hipótese de eventual erro material.

Quando do julgamento da habilitação, foi verificado, por este pregoeiro, se a mesma não incorreu em nenhum benefício de forma automática pelo sistema, fato que não ocorreu, presumindo-se que a empresa não haveria agido de má fé /dolo ao registrar no sistema que ostentava tal condição de EPP.

Desta forma, em atendimento ao princípio da vinculação ao edital, não foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no Art. 43, §1º da LC 123/2006, para que a empresa regularizasse o referido documento.

Importante destacar que em atendimento ao edital e ao Decreto Federal 10.024/2019, este pregoeiro promoveu diligência junto ao SICAF e ao site oficial emissor de certidão, não logrando êxito em obter a referida certidão.

No entanto, conforme teor da peça recursal encaminhada pela recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA verifica-se que a empresa invocou os benefícios da Lei da ME/EPP, afirmando sua condição de EPP, mesmo sem ostentar tal condição conforme comprovam os documentos juntados ao sistema.

Tal conduta da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, ao convocar os benefícios do Art; 43, §1º da LC 123/2006, em sede recursal, mesmo sem ostentar os direitos por ter ultrapassado o limite legal previsto no ano-calendário de receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos





Comissão de Pregão II

mil reais), se enquadra, s.m.j., como "declaração falsa", prevista no item 10.12 do edital, sendo considerado comportamento inidôneo nos termos dos subitens 24.1.1 e 24.2 do instrumento convocatório, sendo passível da aplicação da penalidade prevista, qual seja, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública conforme subitem 24.3.4 do edital.

Pelos motivos acima expostos entendo não proceder as alegações da recorrente quanto a este ponto.

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que ***está apta quanto a qualificação econômico-financeira comprovada com a apresentação do Capital Social e Patrimônio Líquido superior a 10% do valor estimado da contratação em atendimento ao item 1.5.1 do edital, não obstante ter apresentados índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores a 1;***

Consigna o edital que:

*19.5.1 - As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, **a critério da autoridade competente**, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.*



Comissão de Pregão II

Em análise aos índices calculados, apresentado pela recorrente, verificamos que a mesma apresentou Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC) igual a 0,2294, não atendendo ao subitem 19.5 do edital quanto a este ponto.

Esclareço que o fato de haver previsão no edital quanto à possibilidade prevista no subitem 19.5.1 do edital, não gera direito subjetivo do licitante a tal comprovação. Dada a sensibilidade e vulto do serviço ora pretendido entendeu a Autoridade Competente, responsável pela gestão e abertura do processo licitatório, pela aceitação da qualificação econômico-financeira exigida no item 19.2, apenas através da comprovação da situação financeira baseada na análise dos índices de , Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), tendo o julgamento, quanto a este ponto, realizado de forma isonômica para todas as licitantes, não assistindo, razão a recorrente.

**Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que o fato de ter apresentado declaração formal para cumprir o requisito do item 20.2 é suficiente não sendo necessária a declaração para todos os veículos mencionados no lote 4.**

O Parágrafo 6 do Artigo 30 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assim dispõe:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a **apresentação de relação explícita e***





Comissão de Pregão II

***da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.(grifei)***

Sobre o mesmo tema, o edital do pregão eletrônico 183/2023 traz a seguinte redação:

*20.2- Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*

*Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

No caso em tela o edital é claro quando a apresentação de declaração formal com a relação explícita de disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, inclusive com as informações referentes à placa, marca, modelo e ano de fabricação. Em declaração apresentada pela recorrente não foi identificado o veículo CARRETA PARA TRANSPORTE PESADO, CAPACIDADE PARA CARGA UTIL DE 30T, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, destinados ao atendimento do grupo 04.

**Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que, quanto ao item 20.3, disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, apresentou declaração formal quanto a exigência contida no item do edital em seu arquivo nomeado como “DECLARAÇÕES.pdf”.**

Em nova análise aos documentos apresentados pela empresa verificamos que a mesma de fato declarou junto ao documento de Declaração Unificada – Anexo IV, a